

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista **xxx, com a licença n.º xxx da equipa xxxx**(adiante xxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelos controlos positivos em competição, realizados nos dias xxxx, respectivamente com os códigos x e x que acusaram ambos a presença da substância Morfina numa concentração superior à legalmente admissível (concentrações de 4850 ng/mL e 5092 ng/mL, sendo o limite máximo de 1000 ng/mL).

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou, em 25/09/2009, a nota de culpa ao Arguido (v. fls. 21 e ss.).

Aquando da sua inquirição, na qual se fez acompanhar de Advogada (Ex^{ma}. Sr^a. Dra. Marina Albino), o Arguido prestou declarações e apresentou a resposta escrita à nota de culpa (v. fls. 47 e ss.). Requereu ainda a junção aos autos dos últimos oito formulários de controlo antidopagem a que foi sujeito. O requerimento foi deferido.

Na resposta à nota de culpa, o Arguido efectuou os seguintes requerimentos probatórios:

- a. Notificação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) para juntar aos autos todo o processo analítico efectuado ao atleta, nomeadamente a cadeia de custódia;
- b. Notificação da ADoP, para que realizasse exames complementares ao atleta;
- c. Inquirição das seguintes testemunhas:
 1. xxx – para serem ouvidos acerca da conduta e postura do atleta ao serviço da UVP/FPC;
 2. xxx, mecânico, residente na xxx;
 3. xxx, contabilista, residente na x;
 4. xxx, treinador, residente na x;
 5. xxx, mecânico, residente x;
 6. xxx, empresário, residente na x

Das testemunhas arroladas, apenas foi inquirido o Sr. xxx (v. fls. 63 e 64), dado que se encontrava a acompanhar o Arguido aquando da sua inquirição e revelou que poderia ajudar na descoberta da verdade. As testemunhas xxx e xxx não foram ouvidas, por se tratarem de meras testemunhas abonatórias. As restantes testemunhas arroladas também não foram ouvidas, dado não ter sido indicada a razão de ciência dos seus depoimentos, nem os factos a que deveriam responder, não se vislumbrando, portanto, o interesse que poderiam ter para a boa decisão da causa.

O requerimento para que a ADoP viesse juntar aos autos a cadeia de custódia foi indeferido, por não se julgar relevante para a decisão (pelos motivos que adiante se explanarão).

Sendo necessário obter alguns esclarecimentos técnicos, foi enviado um questionário escrito ao Professor Doutor Luís Horta (v. fls. 68 e ss.), ao que este respondeu por correio electrónico (v.

fls. 91 a 94), juntando também um estudo científico efectuado pela ADoP, intitulado "*Interpretação referente a três resultados positivos de Morfina*" (v. fls. 85 a 90).

Depois disto, achou-se necessário tomar novas declarações ao Arguido, pelo que, após ser notificado (v. fls. 95 a 97), o mesmo foi inquirido em 03.02.2010, bem como a testemunha xxx (v. fls. 100 a 103).

Os factos relatados pelo Arguido nesta segunda inquirição foram novamente submetidos à apreciação da ADOP (v. fls. 105 e ss.), na tentativa de obter uma explicação científica para o resultado analítico anómalo.

Por último, em 03.03.2010, o Arguido foi notificado para vir aos autos juntar comprovativo médico de que padecia de alguma patologia que pudesse ter influído directamente no resultado positivo da análise (v. fls. 110 a 116). Em 29.04.2010 o Clube do Arguido x veio juntar aos autos os exames médicos realizados ao atleta (v. fls. 125 a 134).

Não foram realizadas mais diligências probatórias, uma vez que não foram requeridas e não se revelaram necessárias.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre agora enunciar os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito. Finalmente, proceder-se-á à subsunção dos factos às normas legais e regulamentares aplicáveis.

i) DOS FACTOS:

No presente inquérito, o Arguido vinha acusado da prática de um acto de dopagem (p. e p. pelo artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho).

A acusação fundou-se nos relatórios de ensaio elaborados pela ADoP (amostras A e B), que revelaram ambas a presença da substância Morfina em concentrações superiores ao limite máximo admissível (amostras A - v. fls. 7 e 10; amostras B – v. fls. 12 e 15), conforme descrito na nota de culpa (cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido).

Na resposta à nota de culpa (v. fls. 47 a 54), o Arguido defendeu-se, em suma, nos seguintes termos:

- a. Não tomou Morfina, nem qualquer substância que a contivesse entre os seus princípios activos;
- b. Os únicos medicamentos que toma são o Dol-u-Ron®, Ben-u-Ron®, Brufen®, Nimed® e Voltaren®, cuja venda é livre e que o IDP declarou não serem dopantes;
- c. O nível de toxicidade revelado pela amostra seria passível de gerar efeitos indisfarçáveis (nomeadamente, um estado de sedação ou um estado de excitação visível e anormal) e que, certamente, não passariam despercebidos ao médico do CNAD que efectuou o controlo;
- d. Impugnou o processo analítico de colheita das análises e pôs em dúvida as condições de conservação e refrigeração em que as análises foram recolhidas e mantidas.

Nas declarações que prestou perante o Instrutor, o Arguido, *grosso modo*:

- a. Pugnou pela sua inocência, reiterando que não tomou qualquer substância proibida e que a única medicação que faz é vitamínica;
- b. Referiu novamente que, à parte do referido no ponto anterior, apenas toma, antes do início das provas, um comprimido de Dol-u-Ron® ou Nimed®, para alívio das dores musculares;
- c. Declarou que tomou o dito comprimido tanto nos dias dos controlos positivos, como noutros dias em que também foi controlado e nada acusou;

- d. Sublinhou que não lhe foi dada nenhuma substância sem o seu conhecimento, ou cuja composição desconhecesse.

Por se julgar relevante para a descoberta da verdade, procedeu-se à inquirição do Presidente sss (Sr. xxxx), Clube do Arguido, na qualidade de testemunha.

Nas declarações que prestou referiu que:

- a. Não encontra justificação para que dois atletas do clube tenham acusado positivo, revelando ambos a presença da substância Morfina em concentrações anormais, dado que todos os ciclistas da equipa são sujeitos à mesma medicação, e que passa unicamente pela administração de vitaminas e de um comprimido de Nimed®, Brufen® ou Dol-u-Ron® antes das provas (sendo que, ultimamente, têm recorrido com mais frequência ao Dol-u-Ron®, por ser menos dispendioso que os restantes).
- b. Segundo o informaram na Linha Azul do LAD (tlf. n.º 808 229 229), nenhum destes produtos contém qualquer substância proibida, pelo que, não encontra explicação para o sucedido.

Perante os factos conhecidos, nomeadamente em virtude de o Arguido assumir a toma do paracetamol Dol-u-Ron®, que contém nos seus princípios activos Fosfato de Codeína, que por sua vez é um derivado da Morfina (no organismo, a Codeína transforma-se em Morfina, para então produzir os seus efeitos farmacológicos), o Instrutor achou relevante solicitar à ADoP alguns esclarecimentos técnicos sobre a matéria, nomeadamente para confrontação do resultado positivo com os resultados das amostras a que o Arguido havia sido submetido nos dias que antecederam os controlos positivos (v. fls. 68 a 81).

A resposta ao pedido de esclarecimento foi dada pelo Professor Doutor Luís Horta e veio acompanhada de um parecer técnico do Laboratório de Análises de Dopagem (elaborado e assinado pelos Drs. Michael Sekera e João Ruivo), no qual se realizaram três estudos em dois voluntários. No primeiro e segundo estudos foi administrada a cada um dos voluntários uma cápsula de Dol-u-Ron® forte (que contém 30 mg de codeína), e no terceiro estudo foram administradas duas cápsulas do mesmo medicamento a apenas um dos voluntários. Foram

graficamente analisadas as variações dos limites máximos da relação Codeína/Morfina com o decurso do tempo e com a curva de excreção. O Arguido foi designado por Atleta 2.

No dito parecer pode ler-se que nas amostras recolhidas em Março e Junho (portanto, anteriores aos controlos positivos) "... *não existem evidências de que algo para além de codeína tenha sido consumido*", motivo pelo qual se afere que "... *o metabolismo do Atleta 2 aparenta ser normal, não evidenciando anomalias na metabolização de codeína em morfina. Assim sendo é necessário encontrar outra razão para as elevadas concentrações de morfina encontradas na amostra x. Uma explicação possível poderá ser a dosagem de codeína ter sido consideravelmente maior que 30 mg e que a hora de recolha tenha sido num período mais adiantado da curva de excreção onde eventualmente a concentração de morfina seja dominante em relação à de codeína. Alternativamente, existe a possibilidade que tenha havido uma administração de morfina concomitantemente com codeína.*" (v. fls. 89). E, no sumário, conclui-se que "O Atleta 2 apresenta concentrações de morfina elevadas que não podem ser explicadas por uma toma de 30 mg de codeína. Impõe-se então a questão da possível administração simultânea de morfina." (v. fls. 90).

Ou seja, segundo este Parecer, os resultados positivos do Arguido apenas poderiam ser explicados de uma das seguintes formas:

1. O Arguido tomou mais do que um comprimido de Dol-u-Ron® e a toma ocorreu, pelo menos, 12 horas antes da realização do controlo; ou,
2. Houve administração de Morfina, simultaneamente com a Codeína.

Para salvaguardar a hipótese de o Arguido, aquando da sua inquirição, não ter sido absolutamente preciso quanto às substâncias e quantidades tomadas, bem como à hora da toma, decidiu-se convocá-lo para nova inquirição (v. fls. 95 a 97).

Assim, no dia 03.02.2010, o Arguido apresentou-se, acompanhado pela sua Advogada, para que lhe fossem novamente tomadas declarações (v. fls. 100 e 101). Às perguntas que lhe foram efectuadas respondeu que:

- a. Confirmava que, para além do plano vitamínico habitual, apenas tomava um único comprimido de Dol-u-Ron®, Nimed® ou Brufen® antes das competições;
- b. A toma ocorria menos de duas horas antes do início das provas (exemplificou que se a prova fosse à tarde, nunca tomava o comprimido ainda no período da manhã);
- c. Não lhe foi administrada qualquer substância sem o seu conhecimento;
- d. Só tomava medicamentos fornecidos pela equipa. Estes encontravam-se numa mala de primeiros socorros e, quando precisava, ia lá buscá-los;
- e. Nunca consumiu opiáceos ou outras substâncias narcóticas;
- f. Sempre que fazia um electrocardiograma o resultado é anómalo e inválido, e urina com muito pouca frequência.

No mesmo dia, foram também tomadas novas declarações à testemunha Joaquim Ferreira (v. fls. 102 e 103), Presidente do Clube do Arguido. Sumariamente, este referiu que:

- a. O Clube não tem nenhum responsável médico, dado que nos escalões em que competem tal não é exigido pela UVP-FPC;
- b. São os atletas, por sua conta, que vão aos médicos e adquirem os produtos que estes lhes prescrevem. O Clube apenas fornece aos atletas o acesso à medicação básica (nomeadamente, álcool, água oxigenada e paracetamol), produtos estes que se encontram dentro de uma caixa de primeiros socorros, que está acessível a todos.
- c. Falou com o Dr. (médico especialista em medicina desportiva) e com o Dr. (médico do x, especialista em medicina desportiva), e ambos foram unânimes em garantir-lhe que os resultados do Arguido não podem ser explicados pela toma de Dol-u-Ron® e que terão necessariamente de ser resultantes da administração exógena de Morfina. Perante isto ficou de consciência tranquila, pois receava que tivessem sido os comprimidos de Dol-u-Ron® os responsáveis pelos resultados positivos mas, assim sendo, sabe que em nada contribuiu para o resultado positivo do Arguido.

A testemunha juntou ainda aos autos um fax que recebeu da ADoP, na sequência de um pedido de esclarecimento que fez àquele organismo a propósito da licitude da toma do medicamento Dol-u-Ron®, e no qual se pode ler que “Em relação ao medicamento DOLORON Forte, o mesmo

contem Paracetamol e Codeína, que não integram a Lista de substâncias e métodos proibidos em vigor. No entanto, da administração de doses elevadas de Codeína, pode resultar a metabolização de Morfina, que é uma substância proibida.” (v. fls 104).

Obtidos estes novos elementos, foram os mesmos submetidos à apreciação da ADoP, no intuito de aferir se algum deles ajudaria a explicar o resultado positivo, ao que este organismo veio responder, pela mão do Professor Doutor Luís Horta, que não se vislumbrava existir qualquer relação entre os novos factos e os resultados das análises (v. fls. 105 a 108).

Visto que o Arguido, aquando da sua segunda inquirição, veio alegar que sofria de algumas patologias que poderiam ter influído no resultado da análise, foi o mesmo notificado para vir juntar aos autos comprovativo médico de que padecia de alguma patologia que pudesse, efectivamente, ter influído directamente no resultado positivo do controlo (v. fls. 110 a 116).

Em resposta, veio o Arguido juntar aos autos declaração médica, assinada pelo Dr. x, portador da cédula profissional n.º x na qual se pode ler que “... observou xxx, não apresentando este no Ecocardiograma modo M e 2D, assim como no ECG, qualquer patologia impeditiva do foro cardiológico impeditiva da pratica desportiva, nomeadamente ciclismo profissional.” (v. fls. 128 a 133).

- Conclusões

Findas as diligências do inquérito, verifica-se que o Arguido não provou que o resultado anómalo pudesse ser justificado com base no comprimido de Dol-u-Ron® que afirma ter tomado antes de cada uma das provas em que teve resultado positivo à substância Morfina.

Por outro lado, a declaração médica que juntou aos autos também não evidencia que exista alguma alteração metabólica do seu organismo que possa justificar os resultados.

Relativamente às dúvidas levantadas pelo Arguido quanto ao processo de colheita e condições de refrigeração e conservação das amostras, desde logo, carecem de fundamento e prova. E,

146
A.

por outro lado, como é sabido, existindo qualquer irregularidade ao longo da cadeia que possa influir com a amostra, certamente esta apenas invalida o resultado da análise, mas não se vislumbra como possa resultar na detecção de uma substância que não estivesse na urina do Arguido.

Por outro lado, verificou-se ainda que, compulsadas oficiosamente todas as diligências tidas por necessárias, não foi possível confirmar nenhuma das justificações apresentadas pelo Arguido para o resultado positivo dos dois controlos antidopagem. Pelo contrário, o Parecer do ADoP junto a fls. 85 e ss. refere explicitamente que o Arguido *"apresenta concentrações de morfina elevadas que não podem ser explicadas por uma toma de 30 mg de codeína. Impõe-se então a questão da possível administração simultânea de morfina."*

Ou seja, apesar de o Arguido insistir que apenas tomou um comprimido de Dol-u-Ron®, sensivelmente duas horas antes do início das provas, a ciência sustenta e demonstra que estes factos não são compatíveis com o resultado das análises.

Perante isto, temos como provados os seguintes factos:

1. Durante a realização da "xxxx", o Arguido foi submetido a três controlos antidopagem;
2. No controlo realizado no dia xxx foi-lhe recolhida a amostra n.º xxx, com o nome de código xxx que revelou um valor de Morfina superior ao limite máximo permitido (concentração de 4850 ng/mL, sendo o limite máximo de 1000 ng/mL);
3. No controlo realizado no dia 1xxx foi-lhe recolhida a amostra xxx cujo resultado foi negativo;
4. No controlo realizado no dia xxx foi-lhe recolhida a amostra n.º xxx259, com o nome de código " xxx que revelou um valor de Morfina superior ao limite máximo permitido (concentração de 5092 ng/mL);
5. No dia xxxx procedeu-se à contra-análise (análise das amostras n.ºxxxxxxx), que confirmou os resultados das respectivas análises;

6. A toma de um único comprimido de Dol-u-Ron® antes das provas não justifica as concentrações de morfina encontradas nas análises;
7. Concomitantemente com a Codeína, o Arguido administrou Morfina.

Não foram provados os seguintes factos:

1. Ocorreu uma falha no processo de colheita ou nas condições de refrigeração e conservação das amostras que gerou os resultados positivos;
2. O Arguido padece de uma patologia que influiu directamente no resultado positivo das análises.

ii) DO DIREITO

Com base nos factos dados como provados e não provados, concluímos que o Arguido procedeu à toma da substância proibida Morfina.

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, B), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria xxx), por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (uma vez que a UVP/FPC ainda não procedeu, nesta data, à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €311,75 a €623,50 e perda de 20 pontos na classificação individual.

III. PROPOSTA DE DECISÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção (v.g. artigo 71.º n.º1 do Código Penal).

A conduta do Arguido é-lhe imputada a título de dolo. Com efeito, o Arguido sabia que, utilizando morfina, eliminaria ou reduziria as dores sentidas em resultado do esforço durante a prova, pelo que assim melhoraria o seu rendimento desportivo.

Será ainda importante notar que a substância Morfina, sendo consabidamente conhecida pelos seus fins terapêuticos, no caso concreto foi utilizada unicamente com o fito de retardar os efeitos das dores musculares derivados do esforço. Ou seja, a sua utilização incorrecta, para além dos efeitos nocivos que tem para a saúde do atleta, acaba por potenciar o seu desempenho desportivo, falseando a justiça dos resultados.

Assim sendo, estamos em crer que a negligência que, perante a prova realizada, é imputável ao atleta, deve ser considerada grave.

A favor do Arguido deve ser invocado o facto de ser primário e de ter apenas x anos, sendo por isso inexperiente, o que reduz a censurabilidade da sua conduta.

Por outro lado, há ainda que tomar em linha de conta as finalidades da pena. Ora, se é certo que a repressão do doping é um objectivo fundamental para garantir a justiça dos resultados desportivos na modalidade, deverá evitar-se a amputação da carreira desportiva das jovens esperanças da modalidade. Isto assim porquanto o Arguido é internacional pela Selecção Nacional e atravessa uma fase crucial da sua carreira, em virtude deste ser o seu último ano no escalão de júnior (vai subir para os sub-23), pelo que, a aplicação de uma sanção pesada castrar-lhe-ia qualquer hipótese de chegar a profissional e, conseqüentemente, ditaria o seu afastamento precoce da modalidade, o que não se deseja.

Por último, importa referir que o Arguido não trabalha e não tem rendimentos declarados.

Cumpré ainda acrescentar que o Arguido, embora não tenha sido suspenso preventivamente, absteve-se de competir a partir da abertura do processo disciplinar, em 23.09.2009. Com efeito, compulsados os registos das provas organizadas pela UVP – Federação Portuguesa de

Ciclismos (v. fls. 135 a 137 do Processo Disciplinar), resulta claro que o Arguido não participou em qualquer competição. Assim sendo, considera-se que seria ajustado que este período, entre a abertura do processo disciplinar e a conclusão do mesmo, deva ser imputado ao período de suspensão que resultar da sanção aplicável ao Arguido.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, B), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:

- Desqualificação na xxxx e consequente perda do título de campeão;
- 16 meses;
- Multa de €311,75;
- Perda de 20 pontos na classificação individual.

Lisboa, 5 de Maio de 2010

O Instrutor,





Processo n.º08/09

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 23.09.2009, contra o ciclista xxx, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela utilização de substância proibida, conforme ficou provado pelos controlos positivos realizados nos dias xxx com os códigos xx e xx em cujas amostras foi detectada morfina numa concentração superior à legalmente admissível (concentrações de 4850 ng/mL e 5092 ng/mL, sendo o limite máximo de 1000 ng/mL).

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

Os factos consubstanciam uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, B), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria x), por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (uma vez que a UVP/FPC ainda não procedeu, nesta data, à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação, suspensão de seis meses a dois anos, multa de €311,75 a €623,50 e perda de 20 pontos na classificação individual.

Assim, subscrevendo as considerações do relatório final a respeito da medida da pena neste caso, das circunstâncias atenuantes e da imputação na sanção da suspensão do período em que o Arguido esteve sem competir, decide-se, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, aplicar ao Arguido as seguintes sanções:

- Desqualificação na xxx e consequente perda do título de campeão;

1
D
M



- 16 meses de suspensão de toda a actividade desportiva (nos termos do relatório final, subscrevendo os fundamentos nele inscritos, deve considerar-se que o Arguido se encontra, de facto, suspenso desde a abertura do processo disciplinar, ou seja 23.09.2009, uma vez que não voltou a competir desde essa data, pelo que o período de suspensão deve ser contabilizado a partir daquele dia. Assim sendo, o período de suspensão do Arguido termina em 23.01.2011);

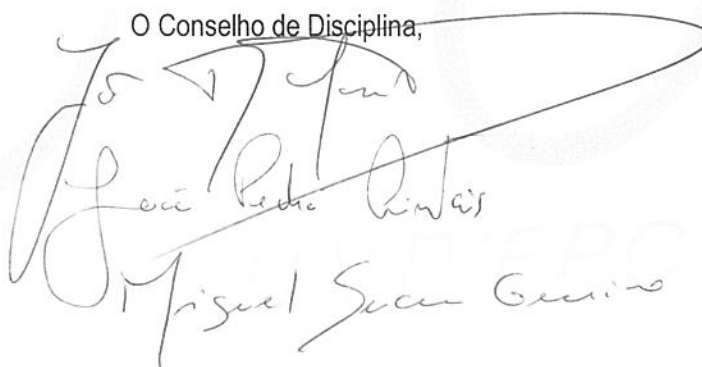
- Multa de €311,75;

- Perda de 20 pontos na classificação individual.

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 25 de Maio de 2010

O Conselho de Disciplina,



João Pedro Quintas

Miguel Sacramento